



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

24/09/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Pressão de parlamentares por emendas adia votação da reforma da Previdência

Por causa da pressão para liberação de emendas parlamentares, a votação da proposta de reforma da Previdência no plenário do Senado foi adiada de terça-feira (24) para quarta (25). Deputados e senadores usam essas emendas para destinar recursos a suas bases eleitorais. O governo vem negociando a liberação desse dinheiro para reduzir as resistências no Congresso em relação à proposta de mudança nas regras de aposentadorias e pensões. Para atender a deputados, o presidente Jair Bolsonaro enviou um projeto de lei, em agosto, abrindo um crédito de quase R\$ 3 bilhões no Orçamento. Interlocutores do Planalto reconhecem que cerca de R\$ 2 bilhões são para emendas parlamentares. Esse projeto, porém, ainda não foi aprovado e está na fila de votações do plenário do Congresso.

Diante da pressão, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), marcou para esta terça (24) mais uma sessão que reúne deputados e senadores, bem no horário em que estava prevista o início da votação da reforma da Previdência no Senado. O objetivo de Alcolumbre é votar vetos presidenciais e aprovar a abertura de crédito. O início da análise da reforma no plenário do Senado havia sido acordado com líderes partidários do Senado em agosto. A data, portanto, teve que ser alterada.

O adiamento surpreendeu técnicos do governo que acompanham as negociações da reforma, mas que foram informados após a convocação da sessão do Congresso. Inicialmente, a sessão do Congresso seria apenas na próxima semana, pois Alcolumbre não queria relacionar a votação do crédito para emendas com a PEC. A desarticulação política do governo é um dos fatores que podem atrapalhar a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que reestrutura as regras de aposentadoria e pensões. Uma ala do Senado também quer ser beneficiada pela liberação de emendas.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 24/09/2019

Reforma da Previdência deve ser maior mudança na Constituição, em número de palavras

O projeto da reforma da Previdência, que caminha para ser aprovado nos próximos dias no Senado, possui mais de 12 mil palavras. Até hoje, a maior alteração na Carta ocorreu com emenda de 1998, conhecida como reforma administrativa, que teve 5 mil palavras. Para se ler o texto completo da atual reforma previdenciária, que aumenta o tempo de contribuição do trabalhador, é necessário ao menos uma hora de atenção, considerando um leitor médio. O cálculo de tempo para a leitura da reforma em curso (uma hora) é conservador —a métrica tem como base a velocidade necessária para textos mais simples, em geral vistos no ensino fundamental.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Previdência, por sua vez, possui trechos complexos, como "a existência de superávit atuarial não constitui óbice à extinção de regime próprio de previdência social e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social". Até hoje foram aprovadas 101 emendas constitucionais para a Carta de 1988. Os textos de todas elas foram consideradas na análise da Folha. A reportagem também estudou 1.010 das 1.277 propostas de emendas constitucionais no Senado feitas para a Constituição de 1988. Foram descartadas as que não possuíam informações no sistema online do Senado ou que o formato do arquivo não permitia leitura digital.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/09/2019

Paulo Guedes diz que proposta de reforma tributária deve ser apresentada na próxima semana

O ministro Paulo Guedes afirmou nesta segunda-feira (23) que o governo deve apresentar sua proposta para a reforma tributária na próxima semana ao Congresso Nacional. “Estamos rearrumando a turma, para ver quem vai dançar, e vamos entrar lá e dançar já, já. Semana que vem acho que a gente já começa a entrar com a nossa proposta tributária”, afirmou o ministro. Na fala em um evento promovido pelo Instituto de Formação de Líderes (IFL), em Belo Horizonte, Guedes também explicou porque o governo freou a apresentação da proposta de reestruturação do pacto federativo logo depois da reforma à previdência. Usando metáforas de dança, ele disse que foi preciso acertar o passo, já que “às vezes um pisa no pé do outro”, para afinar o tom com o Congresso depois das pautas de reforma tributária levantadas pelo deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) e pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), e do imposto único pelo deputado federal Luciano Bivar (PSL-PE). “Tem uma questão de timing político. Se eu quiser fazer uma reforma do pacto federativo, e a Câmara e o Senado disserem que não, que vão fazer a tributária, eu tenho que recuar e falar que temos que fazer a tributária”, afirmou ele.

Guedes não deu mais detalhes sobre o que estará incluído na proposta tributária a ser apresentada e ressaltou que a reforma do pacto federativo ainda é vista como “a coisa mais importante no momento” pelo governo. Há menos de duas semanas, o então secretário especial da Receita, Marcos Cintra, foi demitido após defender publicamente a criação de um imposto sobre pagamentos como forma de substituir ou reduzir outros impostos, um dos pilares da reforma planejada pela equipe econômica.

Ainda nesta segunda, o próprio Guedes voltou a defender a ideia do imposto (comparado à antiga CPMF) em entrevista à rádio Jovem Pan. Para ele, o tributo serviria para baixar outras alíquotas e não seria “cruel” como encargos trabalhistas.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 24/09/2019

TST dá multa de greve a empresa lesada e veda doação para caridade

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) decidiu que a multa por greve abusiva deve ir para o sindicato patronal, proibindo o repasse a entidades assistenciais. A decisão é da SDC (Seção de Dissídios Coletivos), composta por 9 dos 27 ministros da corte, que julgava uma paralisação de motoristas de ônibus em Manaus. Os ministros acataram o pedido do sindicato das empresas para ficar com a multa de R\$ 50 mil. O julgamento foi realizado no dia 9 de setembro. O TRT-11 (Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região) havia imposto multa de R\$ 150 mil. O TST, porém, reduziu o montante. O dinheiro seria revertido para as instituições Lar Batista Janell Doyle, O Coração do Pai, Casa da Criança, Inspeção Laura Vícuña e Lar das Marias, todas no Amazonas. O relator do recurso, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, usou precedentes do tribunal e o CPC (Código de Processo Civil) para atender o pedido das empresas.

No acórdão publicado na sexta (20), ele escreve que, “muito embora seja louvável a destinação da multa para instituições beneficentes, tal determinação vai de encontro ao disposto” na lei.

O CPC diz que a multa é devida a quem entrou com a ação judicial – neste caso, o sindicato patronal.

À **Folha** o advogado do Sinetram (sindicato das empresas), Fernando Borges de Moraes, afirma que a entidade pediu ao TST o cumprimento da lei. Segundo ele, o STTRM (sindicato dos trabalhadores) já foi condenado em outras ações. Moraes afirma que são devidos R\$ 300 mil a entidades, mas o sindicato não cumpre as decisões.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/09/2019



**ELEIÇÕES SINDICAIS
SINTIUS**

8 E 9 DE OUTUBRO

Sinopse Sintius – 24/09/2019